



REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 5 DE AGOSTO DE 1974

SUMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS

Presentes todos os Ministros à excepção dos Ministros sem Pasta Melo Antunes, do Trabalho e da Justiça.

O Ministro da Justiça fez-se substituir pelo Subsecretário da Administração Judiciária.

1. ANTES DA ORDEM DO DIA

Fundação Cuidar o Futuro

1.1. Pelo Primeiro Ministro foi chamada a atenção para a necessidade de esclarecimento amplo da situação real em que o País se encontrava em 25 de Abril.

1.2. Foi deliberado:

SE+

DG

- a) Iniciar a campanha pela divulgação dessa situação;
- b) Apoiar as medidas tomadas e a tomar no esclarecimento dessa situação - ponto de partida;
- c) Todo o esquema de divulgação e a sua coordenação será efectuado sob a orientação do Primeiro Ministro coadjuvado pelos Ministros sem Pasta.



1.3. O Ministro da Defesa Nacional deu conhecimento ao Conselho do pedido de auxílio formulado pela Cruz Vermelha Cipriota.

Foi deliberado preparar uma resposta a fornecer, com o auxílio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1.4. O Ministro da Comunicação Social informou do andamento da lei de imprensa.

O texto base está terminado e iniciar-se-á a sua análise por representantes dos partidos políticos, dos Grêmios Nacionais da Imprensa Diária e Não Diária, do Sindicato Nacional dos Jornalistas e da Associação de Escritores.

1.5. O Ministro da Economia pediu urgência na discussão da Lei da Caça.

Foi deliberado que o assunto seria discutido na reunião do Conselho Económico e Social na próxima 5<sup>a</sup>. feira e 6<sup>a</sup>. feira dia 9 no Conselho de Ministros, mas incidindo a discussão, essencialmente, sobre os pontos suscitados pelo Conselho Económico e Social.

1.6. O Ministro da Economia referiu-se à viagem do Secretário de Estado da Agricultura a Trás-os-montes e à nomeação do Capitão Bento para Presidente do Cachão.

Chamou a atenção para o "caciquismo" prevalente naquela região do país.

1.7. O Ministro do Equipamento Social perguntou ao Conselho se face à situação prevalente nos TAP, não seria de eleger nova Administração. O Conselho apoiou esta decisão.



1.7.2. Pediu igualmente orientação para resolução do empréstimo de 180 000 contos daquela empresa, através da Administração ainda em funções. Recebeu igualmente a concordância do Conselho.

1.7.3. Referiu o problema dos navios Príncipe Perfeito e D. Henrique, nas carreiras de África.

Foi decidido discutir-se o assunto no próximo Conselho Económico e Social.

1.8. O Ministro dos Negócios Estrangeiros pediu que lhe fosse fornecida lista dos países africanos a sobrevoar pelos aviões da TAP, a fim do seu Ministério elaborar as respectivas notas.

1.9. O representante do Ministério da Justiça pediu orientação para votação, na reunião sobre o Estado Civil (Direito da família), no que respeita à Espanha.

Foi decidido que se apoiasse.

1.10. O Ministro das Finanças levantou o problema dos requerimentos recebidos pelos antigos Ministros Silva Cunha e Moreira Baptista.

Foi deliberado que o Ministério da Justiça elabore um projecto de diploma legal de modo a

|| - revogar o diploma que estabeleceu vencimentos para todos os ex-Ministros;



- contemplar as situações de provimento de antigos Ministros e Directores Gerais em Conselhos Superiores, como o de Economia e a Junta Nacional da Educação.

- 1.11.1. Passou a participar dos Trabalhos o Ministro sem Pasta Melo Antunes.
- 1.11.2. Na ausencia, por momentos, do Primeiro Ministro, por delegação deste, os Trabalhos passaram a ser dirigidos pelo Ministro Vitor Alves.
- 1.12.1. O Ministro dos Negócios Estrangeiros informou o Conselho dos resultados da visita do Secretário-Geral da ONU e das razões do comunicado publicado, bem como da evolução da situação política em relação à Guiné-Bissau.
- 1.12.2. O Ministro do Equipamento Social chamou a atenção para a necessidade de, no processo de <sup>de</sup> colonização, serem assegurados a vida e os interesses das populações quer brancos quer de cor que em nós confiaram ou se bateram conosco.
- 1.12.3. O Ministro da Coordenação Interterritorial e o Ministro dos Negócios Estrangeiros deram conhecimento das medidas tomadas no decurso das negociações já travadas, embora salientando que, neste momento, não há qualquer acordo e pode não haver - há apenas trocas de impressões verbais.
- 1.13.1. O Ministro da Coordenação Interterritorial anunciou a sua viagem a Cabo Verde para a próxima 4ª. feira.



1.13.2. Foi aprovada a designação do Capitão de Mar-e-Guerra, HENRIQUE AFONSO DA SILVA MORTA para Governador de Cabo Verde.

## 2. ORDEM DO DIA

2.1. Foi aprovada, com alterações, a redacção definitiva do decreto regulamentar sobre saneamento.

2.2.1. O Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal expôs as vantagens de realização de viagens exploratórias à CEE, EVA e URSS e os seus objectivos. As viagens seriam simultaneas.

Fundação Cuidar o Futuro

2.2.2. O Ministro da Economia indicou os passos já dados nesse sentido.

Aproveitou para acrescentar que a situação no que se refere ao Turismo, vem melhorando.

2.2.3. O Ministro das Finanças apresentou a sua concordância com o exposto pelo Ministro sem Pasta a acrescentar que a situação quanto a depósitos internos e remessas de emigrantes vem melhorando.

Quanto às remessas, em algumas instituições bancárias, ter-se-á mesmo verificado aumento relativamente ao mesmo período do ano transacto.

2.2.4. O Ministro dos Negócios Estrangeiros apresentou o que através do Ministério se tem vindo a fazer relativamente aos contactos internacionais e propôs que quaisquer medidas que viessem a ser tomadas, o fossem em colaboração



ção com o seu Ministério.

2.2.5. O Conselho aprovou, em princípio, a proposta do grupo de trabalho exposto pelo Ministro sem Pasta, pedindo que fosse apresentado um plano integrado.

? Porém, relativamente à CEE foi decidido não enviar missão exploratória da dos os contactos que já se vêm processando.

2.3 Foi deliberado alterar a ordem de Trabalhos, discutindo-se seguidamente o projecto de revisão dos vencimentos do funcionalismo público.

2.4.1. Foi aprovada a proposta do Ministério das Finanças relativamente aos aumentos dos aposentados, mas aumentando de 200\$00 as pensões superiores a 4.000\$00 até 10.000\$00.

2.4.2. Em relação à remuneração dos funcionários públicos foi suscitado o problema da revisão dos critérios, de modo a considerar também a situação dos técnicos que conviria não marginalizar mas contemplar, ainda que são simbolicamente.

Foi deliberado um aumento fixo de 500\$00 para todos os funcionários a partir da letra I, inclusivē.

2.4.3. Em relação a remunerações acessórias foi deliberado o congelamento ao nível mais alto entre a média do primeiro semestre ou o mês de Julho.

2.4.4. O diploma de vencimentos será promulgado para entrar em vigor em 1 de Julho.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*

7.

- 2.4.5. Foi deliberado confiar ao Grupo de Trabalho constituído pelos Ministros sem Pasta a redacção final do comunicado sobre o diploma.
- 2.5.1. O Ministro das Finanças apresentou ao Conselho um projecto de diploma legal sobre horário de serviço dos funcionários públicos.
- 2.5.2. Foi deliberado fazer circular o projecto e debater-lo na próxima reunião do Conselho.
- 2.6. O Conselho aprovou um projecto de circular focando restrições sobre turismo no estrangeiro, com alteração para os quantitativos que foram fixados em 10 000\$00, 7 000\$00 e 3 000\$00 respectivamente.
- 2.7. Foi suscitado o problema dum Comissão Nacional de Inquérito à Corrupção que averiguasse vários casos verificados, entre os quais, por exemplo, o do Dr. Augusto Attayde ex-Secretário de Estado da Educação com o qual parecem ter ocorrido negócios de terrenos nos Açores que oferecem motivos de suspeição.